

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
------------------------	-----------

Capítulo 1

A FAZENDA PÚBLICA E O MODELO MULTIPORTAS	21
---	-----------

1.1. O Estado, o Poder Público, a Administração Pública e a Fazenda Pública	21
1.2. A Fazenda Pública e a defesa dos seus interesses patrimoniais	27
1.3. Administração Pública e Arbitragem: tutela arbitral do interesse público	30
1.4. O modelo multiportas e a Fazenda Pública.....	39
1.5. Arbitragem, jurisdição e processo.....	52

Capítulo 2

ARBITRABILIDADE	63
------------------------------	-----------

2.1. A arbitrabilidade subjetiva: capacidade, legitimidade, autorização, apresentação, postulação. A fundamental importância da qualificação dos advogados e procuradores.	67
2.2. Arbitrabilidade objetiva: patrimonialidade, disponibilidade e interesse público.....	80
2.2.1. Arbitrabilidade envolvendo desapropriações (Lei n. 13.867/19).....	92
2.3. Aplicação específica perante os tribunais judiciais e arbitrais.....	96
2.3.1. Caso das Adutoras do Sertão	96
2.3.2. Caso SABESP v. Franca Expansão S.A.....	97
2.3.3. Caso TERRACAP	97

2.3.4. Caso Petrobrás v. ANP.....	98
2.3.5. Caso Proteus Power v. CBEE	100
2.3.6. Caso Itaquitinga.....	101
2.3.7. Caso CCI n. 3493.....	102
2.3.8. Caso CCI n. 8035.....	103

Capítulo 3

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ARBITRAIS E DOS ÁRBITROS	105
3.1. As Instituições Arbitrais e o destaque da arbitragem institucional..	105
3.1.1. A função de gestão	112
3.1.2. A função de regulação	114
3.1.3. A função de decisão	117
3.1.4. A necessária introdução do compliance na administração de arbitragens.....	119
3.1.5. A escolha da instituição arbitral.....	122
3.1.5.1. Primeiro cenário: licitação para escolha da instituição arbitral.....	124
3.1.5.2. Segundo cenário: a inexigibilidade de licitação para escolha da instituição arbitral.....	127
3.1.5.3. Terceiro cenário: regulamentação da questão e credenciamento da instituição arbitral.....	129
3.1.5.4. Caso concreto: a arbitragem ad hoc envolvendo o Estado de São Paulo.....	131
3.1.6. A responsabilidade da instituição arbitral.....	133
3.1.7. Em busca de um ambiente neutro.....	136
3.1.8. Cooperação institucional com o Poder Judiciário e a carta arbitral.....	138
3.2. A atuação do árbitro	143
3.2.1. Esclarecimentos iniciais: adequada interpretação do “juiz de fato e de direito”	143
3.2.2. A relação contratual entre as partes e o árbitro.....	145
3.2.3. Jurisdição (e competência) do árbitro	146
3.2.4. O árbitro de urgência.....	149

3.2.5. Poderes do árbitro: ordenar, instruir e decidir	155
3.2.6. Deveres do árbitro: imparcialidade, impedimento, suspeição, independência e confiança	157

Capítulo 4

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM CELEBRADOS PELA FAZENDA PÚBLICA 163

4.1. Os negócios jurídicos processuais e a consensualidade	163
4.2. Convenção de Arbitragem	171
4.2.1. Conceito e tipos de convenção de arbitragem adotadas pelo direito brasileiro.....	171
4.2.2. Uma consensualidade de efeitos processuais, a convenção de arbitragem enquanto negócio jurídico processual.....	174
4.2.2.1. Aplicação do art. 7 da LArb – O caso Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itu vs. Águas de Itu Exploração de Serviços de Água e Esgoto S/A.....	182
4.2.2.2. Aplicação do art. 337, §6º do CPC – O caso Concessionária Move São Paulo S/A vs. Estado de São Paulo	184
4.2.3. O momento adequado da pactuação	186
4.2.4. A função econômica da convenção de arbitragem	187
4.2.5. Compatibilidade entre a cláusula de eleição de foro e convenção de arbitragem no mesmo contrato.....	205
4.3. Termo de arbitragem	207

Capítulo 5

ARBITRAGEM E CORRUPÇÃO..... 217

5.1. A corrupção no contexto da prática arbitral	217
5.2. A prática internacional: o uso da Metodologia Red Flags.	220
5.3. A postura dos árbitros	221
5.4. Casos de corrupção analisados por Cortes Arbitrais	224
5.4.1. Caso World Duty Free v. Quênia.....	224
5.4.2. Caso CCI n. 6497.....	225
5.4.3. Caso CCI n.1100.....	226

5.4.4. Caso CCI n.13914.....	228
5.5. Aplicações específicas com base no direito brasileiro	229
5.5.1. A verificação pelos árbitros da ocorrência de um tipo penal praticado pelas partes.....	229
5.5.2. A corrupção praticada pelo árbitro.....	234
5.5.3. A corrupção no momento da pactuação da cláusula compromissória.....	235

Capítulo 6

TUTELAS DE URGÊNCIA	237
6.1. Esclarecimentos iniciais.....	237
6.2. Tutelas provisórias e a sua inserção no processo arbitral.....	240
6.3. O apoio judicial para as medidas de urgência arbitrais e pré-arbitrais.....	253
6.4. Os pressupostos para sua concessão e características das tutelas provisórias no procedimento arbitral.....	256
6.5. Análise crítica das vedações legais às tutelas provisórias contra a Fazenda Pública.....	257
6.5.1. Há motivo para preocupação? O impacto mínimo	258
6.5.2. A proibição para entrega de mercadorias do comércio internacional. Proposta de superação	266
6.6. A inaplicabilidade do pedido de suspensão de liminar.....	272

Capítulo 7

A FAZENDA PÚBLICA NO PROCESSO DE ARBITRAGEM.....	277
7.1. A regulação do processo arbitral, a autonomia das partes e o papel das instituições arbitrais no desenho do procedimento.....	278
7.2. O devido processo legal da arbitragem: processo arbitral se fundamenta na Constituição e não no Código de Processo Civil.....	286
7.3. A flexibilidade do procedimento arbitral.....	288
7.3.1. Criação.....	291
7.3.2. Adaptação	292
7.3.3. Fracionamento.....	294

7.3.4. Flexibilização em concreto: o fatiamento do processo no Caso CCI n. 20196 (Petrobras S/A vs. ANP).....	295
7.4. O processo arbitral.....	296
7.4.1. Ação e defesa da Fazenda Pública.....	296
7.4.2. Interrupção da prescrição e a “litispendência”.....	306
7.4.3. As medidas antiprocesso, antiarbitragem e as táticas de guerrilha.....	309
7.4.4. As prerrogativas processuais.....	312
7.4.5. A inaplicabilidade de prazo em dobro.....	315
7.5. Encerramento do procedimento arbitral.....	317
7.5.1. A Sentença Arbitral.....	318
7.5.2. A Sentença Arbitral Parcial.....	324
7.5.3. O pedido de esclarecimentos.....	328
7.5.4. Inaplicabilidade da remessa necessária.....	331
7.6. A confidencialidade e a publicidade do procedimento arbitral.....	335
7.6.1. A confidencialidade não é uma regra.....	335
7.6.2. Publicidade vs. confidencialidade.....	338
7.6.3. Aplicação do princípio da publicidade nos regulamentos institucionais.....	342

Capítulo 8

ENCERRAMENTO DA ARBITRAGEM E A EXECUÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	347
8.1. A sentença arbitral como o último ato do processo arbitral e como título executivo judicial.....	347
8.2. Execução de sentença arbitral envolvendo a Fazenda Pública.....	351
8.3. Homologação de sentença arbitral estrangeira.....	360
8.4. Anulação e controle de sentença arbitral.....	367
8.5. O regime de precatórios e as alternativas para agilização do pagamento.....	372
8.5.1. A execução de bens do Estado no exterior.....	375
8.5.2. A negociação de créditos decorrente de precatórios e o financiamento.....	377

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	381
PÓS-FÁCIO	391
BIBLIOGRAFIA	393